

Demonstrações Financeiras

Efficientia S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	18
5. CLIENTES.....	18
6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS.....	19
7. INVESTIMENTOS.....	19
8. IMOBILIZADO.....	20
9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	21
10. SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	21
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
12. RECEITA	23
13. DESPESAS OPERACIONAIS	23
14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	24
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	25
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	29
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL.....	32
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas,

A Efficientia S.A. (“Companhia” ou “Efficientia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$15.122 mil, representado por 15.121.845 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um Resultado em 2018 de R\$1.608 mil, em comparação ao resultado de R\$971 mil em 2017, representando um aumento de 65,60%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2018, a Companhia apurou despesas no montante de R\$819 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao Resultado de R\$2.427 mil antes dos efeitos fiscais, representando 33,75% de alíquota efetiva. Comparativamente, no exercício de 2017, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$499 mil, representando 33,95% do lucro antes da tributação.

As alíquotas do Imposto de Renda e da Contribuição Social foram 15% e 9%, respectivamente. Para o adicional do Imposto de Renda foi calculado 10% sobre o valor excedente a R\$ 240 mil do lucro tributável.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2018, o LAJIDA foi de R\$2.061 mil (R\$1.248 mil em 2017) e a Margem do LAJIDA foi de 23,02% no mesmo período (14,30% no exercício de 2017), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2018	2017	Var. %
Resultado Líquido	1.608	971	65,60
Despesas com IR e CS	819	499	64,13
Resultado Financeiro	(390)	(256)	52,34
Amortização e Depreciação	24	34	(29,41)
LAJIDA	2.061	1.248	65,14

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a realizar-se em 2019, que, ao resultado do exercício de 2018, no montante de R\$1.608 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$80 mil para constituição da Reserva Legal;
- R\$764 mil referentes a dividendos mínimos obrigatórios; e,
- R\$764 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Efficientia manifesta seu agradecimento ao Governador do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria e ao Conselho de Administração do acionista controlador e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	4.298	901
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	1.351
Clientes	5	1.282	2.508
Tributos Compensáveis		362	504
TOTAL DO CIRCULANTE		5.942	5.264
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	37
Clientes	5	1.089	1.089
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6	2.409	2.409
Investimentos	7	9.042	-
Imobilizado	8	114	124
Intangível		-	14
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.654	3.673
ATIVO TOTAL		18.596	8.937

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores		192	221
Impostos, Taxas e Contribuições	9	211	234
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	11	1.456	1.108
Salários e Contribuições Sociais	10	647	492
Outras Obrigações		13	27
TOTAL DO CIRCULANTE		2.519	2.082
TOTAL PASSIVO		2.519	2.082
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11		
Capital Social		15.122	6.052
Reserva de lucros		955	803
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.077	6.855
PASSIVO TOTAL		18.596	8.937

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	12	8.953	8.727
DESPESAS OPERACIONAIS	13		
Pessoal		(6.063)	(6.779)
Materiais		(45)	(32)
Serviços de Terceiros		(481)	(365)
Arrendamentos e Aluguéis		(36)	(30)
Tributos		(23)	(36)
Depreciação e Amortização		(24)	(34)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		-	(14)
Outros		(216)	(223)
		(6.888)	(7.513)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(28)	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		2.037	1.214
Receitas Financeiras	14	393	265
Despesas Financeiras	14	(3)	(9)
		390	256
Resultado Antes dos Impostos		2.427	1.470
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	15	(819)	(504)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15	-	5
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.608	971
RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$		106,34	160,44

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.608	971
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>1.608</u>	<u>971</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucro		Lucro/Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de lucro		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	6.052	62	878	-	6.992
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos (R\$ 145,08 por lote de mil ações)	-	-	(878)	-	(878)
Resultado do Exercício	-	-	-	971	971
Reserva Legal	-	49	-	(49)	-
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 48,41 por lote de mil ações)	-	-	-	(230)	(230)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$ 145,08 por lote de mil ações)	-	-	692	(692)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.052	111	692	-	6.855
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos (R\$145,08 por lote de mil ações)	-	-	(692)	-	(692)
Aumento de Capital	9.070	-	-	-	9.070
Resultado do Exercício	-	-	-	1.608	1.608
Reserva Legal	-	80	-	(80)	-
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 50,52 por lote de mil ações)	-	-	-	(764)	(764)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$ 50,52 por lote de mil ações)	-	-	764	(764)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	15.122	191	764	-	16.077

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	1.608	971
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	5
Resultado de Equivalência Patrimonial	28	-
Depreciação e Amortização (Nota 14)	24	34
	1.660	1.010
(Aumento) Redução de Ativos		
Clientes	1.226	(1.255)
Tributos Compensáveis	142	(91)
	1.368	(1.346)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(29)	58
Impostos, Taxas e Contribuições	(23)	24
Imposto de Renda e Contribuição Social	428	243
Salários e Contribuições Sociais	155	(98)
Transações com Partes Relacionadas	(3)	3
Outras Obrigações	(11)	(2)
	517	228
Caixa Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais	3.545	(108)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(428)	(253)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.117	(361)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Investimentos	(9.070)	441
Títulos e Valores Mobiliários	1.388	(74)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.682)	367
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	9.070	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos pagos	(1.108)	(293)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	7.962	(293)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.397	(287)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	901	1.188
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	4.298	901
	3.397	(287)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Efficientia S.A. (“Efficientia” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“CEMIG”), foi constituída em 9 de janeiro de 2002, com endereço na Rua Aimorés, 3.000, 12º andar, Barro Preto, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140 – 073.

A Companhia tem por principais objetivos: (i) prestar serviços de eficiência e soluções energéticas através da elaboração de estudos e execução de projetos de engenharia, incluindo, mas sem se limitar à construção e repotenciação de pequenas centrais hidrelétricas - PCH, usinas termelétricas e usinas eólicas; (ii) gestão energética e de utilidades nas suas mais variadas formas, incluindo o suprimento energético e a prestação de serviços correlatos; (iii) prestar serviços de automação e medição para otimização energética e controle de processos; (iv) gerir contratos de compra e venda de energéticos e de utilidades; (v) realizar estudos para melhoria de confiabilidade de fornecimento de energia no uso final; (vi) prestar serviços de comissionamento, operação e manutenção em instalações de suprimento e uso de energia e de utilidades; (vii) elaborar projetos dentro de sua área de atuação para viabilizar a obtenção de financiamentos pelos clientes junto a instituições financeiras; (viii) prestar serviços de consultoria e treinamentos relativos a sistemas de energia, gestão ambiental, segurança e da qualidade; (ix) intermediar operações de compra e venda de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos.

Mudanças no Estatuto Social da Companhia – aprimoramento da Governança Corporativa

Em junho de 2018, a Assembleia Geral aprovou alterações no Estatuto Social da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- Criação de Comitê de Auditoria;
- Manutenção do Conselho Fiscal, passando a ser de caráter permanente;
- Alteração da destinação do Lucro Líquido, passando de 25% para 50% o mínimo destinado a dividendos obrigatórios.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 19 de junho de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Perdas estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa.
- Nota 7 – Imobilizado (Depreciação).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

- CPC 47 – Receita de Contratos com clientes

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs. Adicionalmente, o CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

■ CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo do CPC 38 sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes no CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	Classificação	
	CPC 38	CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Passivos Financeiros		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado

1) A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com o CPC 48;

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

■ CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros

sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

■ ICPC 22

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito deste CPC nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia ainda está avaliando os potenciais efeitos da aplicação dessa nova Interpretação sobre os valores e divulgações apresentados em suas demonstrações financeiras.

A Companhia analisou as demais normas alteradas e interpretações não vigentes e concluiu que as mesmas não deverão ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2018 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

c) Receita Operacional

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, no sucesso da implantação dos empreendimentos, e quando há a transferência dos riscos e benefícios dos serviços prestados.

d) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Bancos Conta Movimento	320	207
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	3.978	411
Operações Compromissadas	-	283
	4.298	901

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 75% e 99% em 2018 (entre 60,0% e 97,5% em 2017), conforme operação.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Aplicações Financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	-	3
Letras Financeiras - Bancos	-	379
Letras Financeiras do Tesouro	-	924
Debêntures	-	45
	-	1.351
Não circulante		
Debêntures	-	37
	-	37
	-	1.388

5. CLIENTES

Classe de Consumidor	Saldo a Vencer	Saldo Vencido		Total	
		Até 90 dias	Mais de 361 dias	2018	2017
Clientes	1.952	369	7.138	9.459	10.685
Perdas estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(7.088)	(7.088)	(7.088)
Total	1.952	369	50	2.371	3.597
Circulante				1.282	2.508
Não Circulante				1.089	1.089

A Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para absorver eventuais perdas na realização das contas a receber. A Companhia busca judicialmente a recuperação dos valores vencidos para os quais foram constituídas as provisões para perdas.

O montante da dívida foi atualizado conforme cláusulas contratuais e os valores das prestações foram calculados segundo as regras do comitê de crédito de sua controladora, a Cemig.

A movimentação da provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2018	2017
Saldo no início do exercício	7.088	7.075
Constituições (Reversões)	-	13
Saldo no final do exercício	7.088	7.088

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	2018	2017
Ativos Fiscais Diferidos		
Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	2.409	2.409
	2.409	2.409
Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial	2.409	2.409

7. INVESTIMENTOS

	2018	2017
Controlada em conjunto		
UFV Janaúba	9.042	-
Total do investimento	9.042	-

O Conselho de Administração – CA da Cemig aprovou, em 10/11/2017, a inclusão de geração distribuída – GD e soluções energéticas – SE em sua matriz de negócios por intermédio da Companhia.

Em 23/02/2018, a Companhia publicou o edital de Chamada Pública Efficientia nº 01/2018, destinado à seleção de eventuais projetos e/ou parceiros para o desenvolvimento de projetos de GD, com a finalidade de instalar e explorar unidades de GD com potência total entre 75 kW e 5 MW, nas modalidades de geração compartilhada ou de autoconsumo remoto, conforme disposto na Resolução nº 482/2012 da Aneel.

Em 15/03/2018, o CA da Cemig aprovou a participação da Companhia no projeto de desenvolvimento da SPE UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. – UFV Janaúba, que foi constituída pela Companhia em parceria com a GD Energia Participações Ltda. – GD Energia, cujo propósito foi o de desenvolver o projeto de uma usina fotovoltaica com potência de 5 MW no município de Janaúba-MG, a ser arrendada aos consumidores da Cemig Distribuição S.A. que atenderem às condições impostas pela Resolução Aneel 482/2012.

O capital social da UFV Janaúba é de R\$18.510 mil, representado por 18.509.900 ações, com participação de 51% da GD Energia e de 49% da Companhia.

A movimentação do investimento na UFV Janaúba, no exercício findo em 31/12/2018, é apresentada abaixo.

	31/12/2017	Aquisições	Equivalência patrimonial	31/12/2018
UFV Janaúba	-	9.070	(28)	9.042
Total do investimento	-	9.070	(28)	9.042

Os saldos integrais da controlada em conjunto UFV Janaúba, em 31 de dezembro de 2018, são os seguintes:

	2018
Ativo	
Circulante	4.489
Caixa e equivalentes de caixa	4.170
Não circulante	13.988
Total do ativo	18.477
Passivo	
Circulante	21
Patrimônio líquido	18.456
Total do passivo	18.477
Participação (%) da companhia	49,00
Valor contábil do investimento	9.042
Demonstração do resultado	
Despesas gerais e administrativas	(64)
Receitas financeiras	144
Despesas financeiras	(97)
Resultado operacional	(17)
Imposto de renda e contribuição social	(37)
Resultado líquido do exercício	(54)
Resultado abrangente do exercício	
Resultado líquido do exercício	(54)
Resultado abrangente do exercício	(54)

8. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2018			2017		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço		333	(303)	30	333	(293)	40
Máquinas e Equipamentos	11,68	227	(198)	29	227	(189)	38
Móveis Utensílios	6,25	106	(105)	1	106	(104)	2
Em Curso		84	-	84	84	-	84
Total		417	(303)	114	417	(293)	124

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições	Baixas e Alienações	Transferências	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação	Valor Líquido em 31/12/2018
Em Serviço	333	-	-	-	333	-	(303)	30
Máquinas e Equipamentos	227	-	-	-	227	-	(198)	29
Móveis Utensílios	106	-	-	-	106	-	(105)	1
Em Curso	84	-	-	-	84	-	-	84
Total	417	-	-	-	417	-	(303)	114

Os Ativos Imobilizados são depreciados pelo método linear por taxas que refletem a vida útil dos bens.

9. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2018	2017
Circulante		
PIS/PASEP	11	9
COFINS	51	42
ISSQN	93	86
INSS	44	81
Outros	12	16
Total	211	234

10. SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2018	2017
Circulante		
Pessoal cedido	517	296
Bolsa estágio	3	4
Previdência	59	81
Outros	68	111
	647	492

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social era de R\$15.122 mil, representado por 15.121.845 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

b) Reservas de lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2018	2017
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	191	111
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	764	692
Total	955	803

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$80 de Reserva Legal em 2018, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R\$764 referentes a dividendos propostos pela administração que corresponde a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício (25% em 2017), ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2018	2017
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	1.608	971
(-) Constituição Reserva Legal	(80)	(49)
Resultado do Exercício Ajustado	1.528	922
Valor dos Dividendos Mínimos Obrigatórios	764	230
Dividendos Propostos		
Dividendos Mínimos Obrigatórios	764	230
Dividendos Adicionais referentes ao exercício	764	692
Total dos dividendos propostos	1.528	922

Destinação do Resultado de 2018 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2019, que, ao resultado do exercício de 2018, no montante de R\$1.608 seja dada a seguinte destinação:

- R\$80 mil para constituição da Reserva Legal;
- R\$764 mil para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e;
- R\$764 mil referentes a dividendos adicionais.

12. RECEITA

	2018	2017
Faturamento Bruto de Serviços	10.149	9.889
Deduções à Receita (a)	(1.196)	(1.162)
Total	8.953	8.727

a) Deduções à Receita

	2018	2017
COFINS	772	752
PASEP	167	163
ISSQN	257	247
	1.196	1.162

13. DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Pessoal (a)	6.063	6.779
Materiais	45	32
Serviços de Terceiros (b)	481	365
Arrendamentos e Aluguéis	36	30
Tributos	23	36
Depreciação e Amortização	24	34
Outras	216	237
	6.888	7.513

a) Pessoal

	2018	2017
Remuneração	5.354	5.878
Encargos	391	550
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	-	18
Outros benefícios	318	333
	6.063	6.779

b) Serviços de Terceiros

	2018	2017
Comunicação	32	26
Fretes e Passagens	75	54
Hospedagem e Alimentação	31	27
Publicações Legais	55	39
Consultoria	229	130
Taxa de Inscrição – Cursos Externos	13	13
Auditoria Externa	17	25
Reprografia	9	8
Outros	20	43
	481	365

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	200	218
Varição Monetária	-	60
PASEP/COFINS incidente sobre Receitas	(18)	(13)
Outras Receitas Financeiras	211	-
Total de Receitas Financeiras	393	265
Despesas Financeiras		
Outras despesas financeiras	(3)	(9)
Total de Despesas Financeiras	(3)	(9)
Resultado Financeiro	390	256

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2018	2017
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.427	1.470
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	801	476
Perda EP	10	-
Gratificação Administradores	8	18
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores	-	5
Imposto de Renda e Contribuição Social Despesa Efetiva	819	499
Alíquota Efetiva	33,75%	33,95%
Corrente	819	504
Diferido	-	(5)

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	PASSIVO		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017
Controlador				
CEMIG				
Circulante				
Cessão de Pessoal	661	440	(3.593)	(4.090)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.456	1.108	-	-

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios de 2018 e 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	2018	2017
Remuneração	2.095	2.273
Participação nos Resultados	313	18
Benefícios Assistenciais	220	299
Total	2.628	2.590

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Efficientia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração optou por transferir os recursos para títulos de liquidez imediata, que estão apresentados na rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2018	2017
				Efficientia 0,00%	Efficientia 0,13%
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	-	23
Cemig GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	-	4
Cemig GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	-	4
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	-	9
Light	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	-	18
Cemig D	Nota Promissória	151% do CDI	24/10/2018	-	-
				-	58

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2018		2017	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Clientes	2	1.282	1.282	2.508	2.508
Títulos e Valores Mobiliários	2	-	-	62	62
		<u>1.282</u>	<u>1.282</u>	<u>2.570</u>	<u>2.570</u>
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	3.978	3.978	694	694
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	-	-	3	3
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	-	-	362	362
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	924	924
Debêntures	2	-	-	37	37
		<u>3.978</u>	<u>3.978</u>	<u>2.020</u>	<u>2.020</u>
		<u>5.260</u>	<u>5.260</u>	<u>4.590</u>	<u>4.590</u>
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(192)	(192)	(221)	(221)
		<u>(192)</u>	<u>(192)</u>	<u>(221)</u>	<u>(221)</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2018 e 2017.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de

fluxo de caixa descontado e modelos de apuração de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais em função do ativo indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	2018	2017
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações (Nota 3)	3.978	694
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	-	1.388
Ativo exposto	3.978	2.082

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	192	-	-	-	-	192
TOTAL	192	-	-	-	-	192

Marco Aurélio Guimarães Monteiro
 Diretor-Presidente

Leonardo George de Magalhães
 Superintendente de Controladoria
 Contador CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
 Gerente de Contabilidade
 Contador CRC-MG 85.260

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Efficientia S.A
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Efficientia S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Efficientia S.A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Efficientia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2018, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2019.

Carolina Rocha Vespúcio

Francisco Luiz Moreira Penna

Paulo César Teodoro Bechtluft

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA



Efficientia S.A.
CNPJ 04.881.791/0001-67 – NIRE 31300016552

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria declarou que examinou as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018, incluídas as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e os demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas, das ocorrências atípicas e dos seus impactos na situação patrimonial e nos resultados. O Comitê verificou que as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade, com a legislação societária brasileira e demais normas aplicáveis, retratando adequadamente a situação patrimonial da Efficientia S.A.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomendou a aprovação das Demonstrações Financeiras da Efficientia S.A., de 31 de dezembro de 2018.

Belo Horizonte, 07 de junho de 2019.

Pedro Carlos de Mello - Coordenador

Márcio de Lima Leite - Membro

Roberto Tommasetti - Membro